

Decreto isola governo no Congresso

Brasília — Luiz Antonio

BRASÍLIA — O Congresso reagiu ontem com indignação ao decreto do governo que adia para 93 o pagamento dos 147% aos aposentados. “Foi uma trapalhada, uma agressão à convocação extraordinária”, discursou irado o deputado Waldir Pires (PDT-BA), na ante-sala da presidência da Câmara. Lá dentro, ontem ao meio-dia, o líder do governo, Humberto Souto (PFL-MG), ouviu desconcertado uma saraivada de ataques de colegas. No lugar ocupado na semana passada pelo agora ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza (PFL-PE), Souto ficou isolado a defender-se das críticas. Nem mesmo o líder temporário do bloco governista, deputado Messias Góis (PFL-SE), mexeu-se para auxiliá-lo. O decreto conseguiu reunir a maioria dos parlamentares contra o Executivo.

“Nesse governo só tem incompetentes”, esbravejou o líder do PTB, Gastone Righi (PTB-SP). A seu lado, Souto “empalideceu”, conforme relato de um assessor. No momento, a reação do líder do governo, que ouvia a cada minuto um

ataque novo, foi dizer que o governo sempre tinha “humildade” nas negociações. O líder do PT, deputado José Genoíno (SP), interveio: “Humildade, no começo. Depois é arrogância, prepotência.” Risadas e o líder do governo mais constrangido.

Gastone Righi atacou de novo. “Esse decreto é tão ruim que deve ter sido feito por algum advogado de porta de cadeia.” Novamente, Genoíno aproveitou a deixa: “Certamente de Canapi (AL).” Mais risadas, e Souto ainda mais isolado. O decreto do Executivo, que alguns partidos querem sustar com um decreto legislativo, foi editado no momento em que o Congresso alinhava-se para nova negociação com o governo, após a nomeação de dois deputados para o ministério. “O decreto não resolveu nenhum problema e criou vários”, analisou o deputado Antônio Britto (PMDB-RS), o negociador de assuntos previdenciários.

“Foi um dupla violência”, disse Britto. “Jurídica, já que impede o pagamento aos aposentados, e política, porque vai contra o Congresso, atropelando a negociação.”

O líder do PDS, Victor Faccioni (RS), preferiu fazer graça com a atitude “desastrosa” do governo. “Até agora só mudaram os personagens. O *script* continua o mesmo.”

O líder provisório do bloco, que reúne PFL e PRN, principais aliados do Planalto no Congresso, também tem dificuldades para defender o governo. “Não sei se o decreto é necessário”, disse Messias Góis, que recomendaria uma ordem de serviço presidencial, com menos estardalhaço. “O PFL não está coeso. A bancada não foi chamada para elaborar o projeto. Talvez esteja faltando sintonia no governo”, avaliou. “O governo nunca deveria ter enviado esse decreto”, atacou Mendes Thame (PSDB-SP), no exercício da liderança da bancada. “O presidente já se considerou derrotado ao assinar o decreto”, emendou-se o tucano. “Pode ser legítimo, mas foi inoportuno, já que conturbou o processo de negociação”, concordou o líder do PDC, deputado Siqueira Campos (TO).



Souto: defesa solitária

O SEM

1988